CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

OBJETIVOS PROCESSUAIS ANUAIS 2027

Tribunais Administrativos e Fiscais · síntese por zona geográfica

Objetivos processuais anuais fixados para 2027 em cada tribunal administrativo e fiscal, por zona geográfica. Cada barra mostra os anos de entrada dos processos abrangidos pela meta de cada juízo; quanto mais intensa a cor, maior a percentagem exigida. Todos os objetivos têm monitorização trimestral.

Zona Norte

As metas fixam a percentagem de processos a findar, por ano de entrada. Os urgentes e prioritários seguem os prazos legais; no Porto, em execução fiscal, ressalvam-se as entradas em massa remetidas pelos serviços de finanças.

Em 9 dos 13 juízos, a meta de 100% chega aos processos entrados em 2021

Ano de entrada dos processos abrangidos pela meta de 2027 · ≤2018 inclui os anteriores

Tribunal	Juízo / área	≤2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
TAF do Porto	Administrativo Comum	R 50%		100%						
	Contratos Públicos	R 50%			100%	50%				
	Administrativo Social	R 70%				100%				
	Tributário Comum	R 50%		100%						
	Execução Fiscal e RCO	100%				50%				
TAF de Braga	Administrativo Comum	R 50%		100%		30%				
	Administrativo Social	R 70%						50%		
	Tributário Comum	R 50%			100%	50%				
	Execução Fiscal e RCO	R 50%				100%				
TAF de Penafiel	Área Administrativa	R 50%		100%						
	Área Tributária	100%				75%				
TAF de Mirandela	Área Administrativa	R 50%		100%						
	Área Tributária	100%								20%

100% dos processos · percentagem parcial · R = remanescente a findar

Fonte: CSTAF, Objetivos processuais anuais 2027.

Zona Centro

As metas fixam a percentagem de processos com decisão final, por ano de entrada. Os urgentes e prioritários têm prioridade na tramitação e na decisão final.

A meta de 100% vai de 2019 (Leiria, comum) a 2024

Ano de entrada dos processos abrangidos pela meta de 2027 · ≤2018 inclui os anteriores

Tribunal	Juízo / área	≤2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
TAF de Aveiro	Administrativo Comum			100%		30%				
	Administrativo Social	100%							30%	
	Tributário Comum			100%		50%				
	Execução Fiscal e RCO						100%			
TAF de Castelo Branco	Área Administrativa			100%		20%				
	Área Tributária			100%		20%				
TAF de Coimbra	Área Administrativa	100%			50%					
	Área Tributária			100%		50%				
TAF de Leiria	Administrativo Comum	100%		80%	20%					
	Administrativo Social	100%							50%	
	Tributário Comum	90%				50%				
	Execução Fiscal e RCO	100%						50%		
TAF de Viseu	Área Administrativa			100%						
	Área Tributária	100%				50%				

100% dos processos · percentagem parcial

Fonte: CSTAF, Objetivos processuais anuais 2027.

Zona de Lisboa e Ilhas

As metas fixam os processos com decisão final (ou saneamento, onde indicado), por ano de entrada. Os urgentes e prioritários são tramitados e decididos com prioridade, dentro dos prazos legais.

A meta de 100% vai de 2018 (Funchal, administrativo) a 2023

Ano de entrada dos processos abrangidos pela meta de 2027 · ≤2018 inclui os anteriores

Tribunal	Juízo / área	≤2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
TAC de Lisboa	Administrativo Comum	100%			san. 50%					
	Administrativo Social	100%								
	Contratos Públicos	100%				50%				
TT de Lisboa	Tributário Comum	100%								
	Execução Fiscal e RCO	100%					50%			
TAF de Ponta Delgada	Área Administrativa	100%			50%					
	Área Tributária	100%						50%		
TAF do Funchal	Área Administrativa	100%	san.							
	Área Tributária	100%								

100% dos processos · percentagem parcial · saneamento

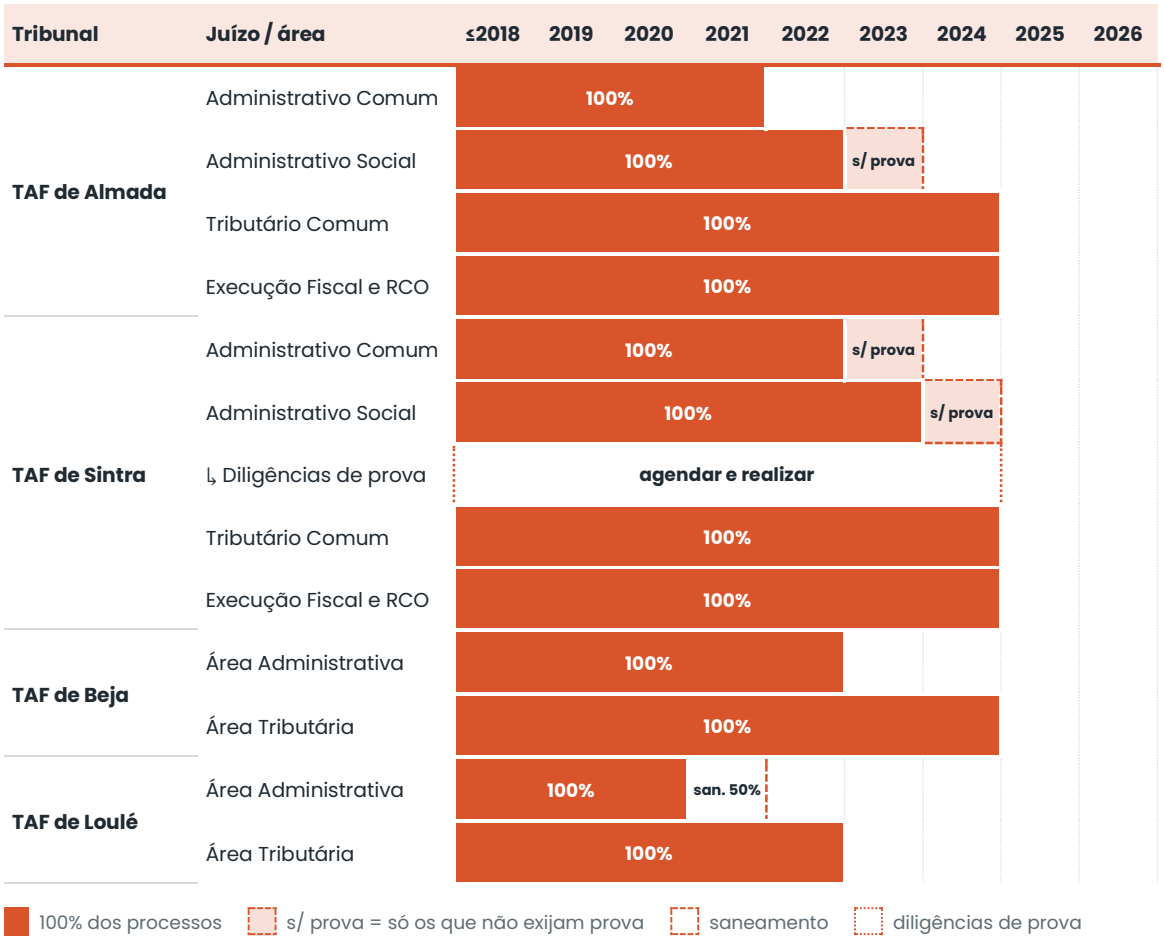
Fonte: CSTAF, Objetivos processuais anuais 2027.

Zona Sul

As metas fixam os processos com decisão final, por ano de entrada. Os urgentes e prioritários têm prioridade na tramitação e na decisão final. No juízo administrativo social de Sintra há ainda um objetivo próprio para as diligências de prova.

Em 5 dos 12 juízos, a meta de 100% abrange tudo o que entrou até 2024

Ano de entrada dos processos abrangidos pela meta de 2027 · ≤2018 inclui os anteriores



Fonte: CSTAF, Objetivos processuais anuais 2027.